Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sábado, domingo e segunda-feira, 3, 4 e 5 de agosto de 2024
Ano CVII ● Número 29.666
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br



'DIGITO ERGO SUM'

De Descartes ao Vale do Silício, mundo vive 4 fatos revolucionários. Por Edoardo Pacelli, **página 2**



HEDGE CAMBIAL NÃO É SOLUÇÃO MÁGICA

São necessárias transparência e conformidade com normas contábeis. Por Paulo Barbosa, **página 2**



EXPLORANDO O SUL DA ITÁLIA

Vinhos da Sicília e da Campânia apresentam perfis bem singulares. Por Míriam Aguiar, **página 4**

Produção industrial ultrapassa nível anterior à pandemia

Setor registra maior alta em 4 anos, diz IBGE

Na passagem de maio para junho, a produção industrial do país avançou 4,1% interrompendo, dois meses consecutivos de taxas negativas, período em que acumulou perda de 1,8%. Com isso, o setor industrial marcou o resultado positivo mais intenso desde julho de 2020, quando havia registrado alta de 9,1%.

Os resultados de junho levaram a indústria a ultrapassar o patamar pré-pandemia (2,8% acima de fevereiro de 2020), mas ainda se encontra 14,3% abaixo do nível recorde alcançado em maio de 2011. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada hoje pelo IBGE.

"Em linhas gerais, cabe destacar que o avanço mais acentuado do observado em junho de 2024 está relacionado não só com a base de comparação depreciada, explicada pelos dois meses consecutivos de queda na produção, mas também pela volta à produção de várias unidades produtivas que foram direta ou indiretamente afetadas pelas chuvas ocorridas no Rio Grande do Sul em maio de 2024", ressalta o gerente da pesquisa, André Macedo.

Das 25 atividades investigadas pela pesquisa, 16 avançaram em junho. As influências positivas mais significativas viram de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (4,0%), produtos químicos (6,5%), produtos alimentícios (2,7%) e indústrias extrativas (2,5%).

"Na atividade de produtos derivados de petróleo e biocombustíveis, observa-se um ganho acumulado de 6,2% em dois meses consecutivos de expansão na produção. É importante lembrar que essa atividade vinha de um comportamento predominantemente negativo entre dezembro de 2023 e abril desse ano. O crescimento recente vem sendo impulsionado, principalmente, pelo álcool e pelo grupamento de derivados do petróleo", pontua o gerente da pesquisa.

Ricardo Stuckert/PR



Lula, no Ceará, sancionou projetos

BNDES será agente financeiro do Fundo de Infraestrutura Social

O BNDES será o agente financeiro do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS), sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta sexta-feira, em cerimônia em Pecém (CE). O novo instrumento, aprovado pelo Congresso Nacional em julho, financiará equipamentos e serviços em áreas como educação básica, saúde e segurança pública, entre outras.

O FIIS tem desenho semelhante ao exitoso modelo do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), do qual o BNDES também é agente financeiro desde 2009, sendo um dos principais instrumentos financeiros em prol da transição ecológica brasileira. A governança do FIIS permitirá maior coordenação de políticas públicas, guiada por planos de aplicação de recursos e por um comitê interministerial. Assim como no Fundo Clima, seus recursos representam inversão financeira e, portanto, não impactam o resultado primário do governo.

Além de recursos específicos no Orçamento, o dinheiro do FIIS poderá vir de instituições financeiras nacionais e internacionais, convênios com a administração pública, entre outras fontes. Serão novos recursos para a melhoria da infraestrutura social, garantindo recursos específicos e condições específicas para áreas em que o país é deficitário. No setor público, alcançará finalidades hoje desprovidas de acesso a crédito, como creches e escolas.

Com um pipeline de investimentos mapeados de R$ 10 bilhões até 2025, dos quais o BNDES já está estruturando projetos de educação com investimentos estimados em R$ 5,4 bilhões, o fundo deverá ser administrado por um comitê gestor coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, conforme regulamento. O BNDES poderá habilitar outros agentes financeiros públicos ou privados, como fintechs, para conceder empréstimos com recursos do FIIS, desde que os riscos da operação sejam suportados pelos agentes. **Página 8**

Oposição não comparece a Tribunal da Venezuela

O candidato de oposição a Nicolás Maduro à presidência da Venezuela Edmundo González não compareceu à audiência do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ) realizada na tarde desta sexta-feira. Os dez candidatos à eleição presidencial do país foram convocados para comparecer ao tribunal para iniciar a checagem da apuração sobre o resultado da votação de domingo (28).

Após a audiência, o presidente reeleito Nicolás Maduro questionou a ausência de González, a quem chamou de candidato do fascismo. "Não deu as caras, o que planeja, mais violência? Por que se esconde? Se você não respeitou o CNE [Conselho Nacional Eleitoral] para firmar um acordo para reconhecer o resultado, se você não respeita o tribunal máximo da República, quais são os próximos passos?", questionou Maduro.

Os candidatos à presidência assinaram e se comprometeram a acatar a decisão da Câmara Eleitoral do TSJ da Venezuela, que investigará as atas e analisará quem foi o vencedor das eleições. O único presente que não assinou foi Enrique Márquez, que alegou que não conhecia a razão da convocação.

Segundo Maduro, nada nem ninguém vai perturbar a paz na Venezuela. "Estamos preparados para entregar todas as exigências legais, 100% das atas e tudo o que for requerido para ser revisado pelo máximo Tribunal de Justiça, como contempla a Constituição", disse o presidente, mostrando um exemplar da Constituição do país.

Na tarde desta sexta-feira, o Conselho Nacional Eleitoral apresentou o segundo boletim da eleição de domingo, com 96,87% das urnas apuradas. Segundo o boletim, o atual presidente Nicolás Maduro estava com 51,95% dos votos contra 43,18% do candidato opositor, Edmundo González. Os demais candidatos somavam 4,86% da preferência dos eleitores e 0,41% tinham votado nulo. Apesar de divulgar os resultados, as atas eleitorais não foram publicadas.

A oposição tem contestado o resultado e publicado supostas atas eleitorais em um site na internet que mostrariam a vitória de Gonzáles por larga margem. Os Estaods Unidos, Argentina e Peru reconheceram o oposicionista como vencedor, apesar de não disporem de provas.

Fretes marítimos voltam a subir em 2024

De acordo com um estudo divulgado pela Logcomex, o frete médio mundial de contêineres oscilou drasticamente entre janeiro de 2023 e maio de 2024. O valor atingiu US$ 4.200 por contêiner de 40 pés em maio de 2024, após uma baixa de US$ 1.342 em outubro de 2023. Esse aumento impacta diretamente nos custos das operações de comércio exterior, refletindo nos preços finais dos produtos e na competitividade das empresas, segundo a empresa.

Desde outubro de 2023, ataques de rebeldes Houthis a embarcações no Mar Vermelho têm forçado desvios de rota pelo Cabo da Boa Esperança, abandonando o caminho mais curto pelo Canal de Suez. Esse desvio aumenta o tempo de viagem e reduz a oferta de transporte disponível, pressionando os preços.

Nas Américas, a seca no Canal do Panamá tem limitado o tráfego de navios, exacerbando os problemas logísticos.

A instabilidade climática, combinada com eventos como o El Niño, tem impactado rotas alternativas, aumentando a complexidade e os custos operacionais, complementa a Logcomex em sua análise.

Helmuth Hofstatter, CEO da empresa e analista do setor, acredita que, para o próximo trimestre, durante a época do pico, devido à formação de estoques para as festas de final de ano, os fretes médios globais devem continuar elevados.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,7319
Dólar Turismo	R$ 5,9510
Euro	R$ 6,2552
Iuan	R$ 0,8001
Ouro (gr)	R$ 455,30

ÍNDICES

IGP-M	0,61% (julho)
	0,81% (junho)
IPCA-E	
RJ (junho)	1,15%
SP (junho)	1,20%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63% a.m.

'Digito ergo sum'

Por Edoardo Pacelli

Num artigo recente no jornal italiano *La Stampa*, Giulio Tremonti, ex-ministro da Economia nos governos de Silvio Berlusconi, declarou: "Vivemos novamente num mundus furiosus", anunciando o fim da utopia da globalização. Ele também sublinhou que a Europa deve confiar nas euro-obrigações, como ele próprio propôs em 2003; porém, sua proposta foi, inicialmente, rejeitada. Entretanto, anos depois, ele acrescentou que "as euro-obrigações foram usadas para conter a emergência da Covid. É esse o caminho certo para começar."

"Há um fio que une a Rússia ao Oriente Médio, a Ucrânia ao Mar Vermelho, e por trás, quem manobra o fio é a China. Não é apenas um choque entre civilização e barbárie, como diz Netanyahu, mas também entre duas civilizações opostas", afirma Tremonti, atualmente presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados italiana.

"Vivemos um período semelhante ao que aconteceu no século 16 do milênio passado, com quatro fatos revolucionários: a descoberta da América, a invenção da imprensa, a invasão do leste em direção à Europa e a primeira grande crise financeira global, com os defaults da Espanha." Na entrevista, ele explicou: "Hoje temos outros quatro fatores revolucionários: a descoberta econômica e política da China; a passagem na internet do cogito para o digito ergo sum (do penso ao digito, logo existo) e o risco não improvável de uma crise financeira global, entre trilhões de dívidas, algoritmos e bitcoin."

Sobre os conflitos entre a Rússia e a Ucrânia e a guerra no Oriente Médio, Tremonti diz que "o Mein Kampf de Putin é este: 'O nosso futuro vem do nosso passado, da religião e das tradições, da alma e das fronteiras. Nós, europeus, estamos nas antigas fronteiras dele.' Esta é a questão crítica. Quanto ao Oriente Médio, depois do 11 de Setembro, houve uma tendência para considerar Bin Laden uma pessoa desnorteada; na realidade, ele era um ideólogo, tentando repetir o trabalho de Khomeini. Não surpreendentemente, em Manhattan, em 2001, ele destruiu o World Trade Center, um símbolo do Ocidente."

De Descartes ao Vale do Silício, mundo vive 4 fatos revolucionários

O ex-ministro da Economia Giulio Tremonti foi protagonista, durante anos, de todos os principais fóruns internacionais (a partir do G7); ele alertou, repetidamente, sobre os riscos da globalização acelerada e sempre foi um observador atento da China (seu ensaio *Riscos Fatais* remonta a 2005). Ele afirmava, por exemplo: "A Rota da Seda? Para a China, é um projeto geopolítico global. De fato, se leres a Constituição chinesa, descobrirás que, em outubro de 2017, a Rota da Seda foi introduzida como uma ferramenta de projeção geopolítica da China."

Neste livro, Tremonti afirma que duas datas mudaram irreversivelmente a estrutura e a velocidade do mundo em que vivemos: 9 de novembro de 1989, a queda do Muro de Berlim; e 15 de abril de 1994, a assinatura do acordo da OMC sobre a "liberdade do comércio mundial". O fim do mundo comunista e a irrupção de novos concorrentes ferozes no mercado global recém-nascido, em particular da China, marcaram, para a Europa, a passagem da idade de ouro (que foi dos anos 1950 aos anos 1990) para os atuais tempos de ferro. Mas, segundo Tremonti, nem tudo está perdido. A Europa deve inicialmente compreender o que aconteceu, identificar os domínios em que a intervenção ainda é possível e reagir com um programa realista.

O mundo, porém, já não será como antes: dos dois excelentes cadáveres do comunismo e do liberalismo, a engenharia genética da política criou um monstro: a globalização. Hoje, entretanto, vivemos na época do fim da utopia da globalização.

Edoardo Pacelli
é jornalista, ex-diretor de pesquisa do CNR (Itália), editor da revista Italiamiga e vice-presidente do Ideus.

Hedge cambial não é solução mágica e exige transparência

Por Paulo Barbosa

O hedge cambial é uma forma de proteger eventuais exposições às oscilações bruscas decorrentes de uma determinada moeda que, em geral, ocorrem no dólar – moeda mundialmente aceita nos mercados internacionais, motivo pelo qual muitas empresas recorrem a esta medida.

A operação visa única e exclusivamente proteger o valor das transações em moeda estrangeira e minimizar os riscos, dando maior estabilidade nos resultados das operações envolvendo moedas internacionais, evitando que seus resultados possam vir a impactar de forma significativa suas operações e, por consequência, suas demonstrações financeiras, em especial seu lucro líquido.

Assim, o hedge cambial "protege" o resultado financeiro decorrente de variações significativas da moeda estrangeira, permitindo a estabilização da lucratividade da companhia, principalmente àquelas com exposição significativa em moeda estrangeira.

Importante ressaltar que uma análise aprofundada sobre a real necessidade de se fazer o hedge é extremamente necessária, principalmente sobre os aspectos financeiros e contábeis, uma vez que cada empresa possui suas características e objetivos específicos, o que torna essencial a avaliação individualizada dos riscos e benefícios antes da implementação.

Uma vez aprofundadas essas análises, a conclusão pode ser que seja necessária a realização do hedge, sendo importante ter em mente que, mesmo sendo uma poderosa ferramenta para mitigar o risco cambial, o hedge precisa ser utilizado de forma transparente, responsável e em conformidade com as normas contábeis, sendo necessário seus respectivos registros e adequada apresentação nas demonstrações financeiras das companhias que tomaram esta decisão, a de realizar o hedge.

É fundamental garantir o total cumprimento das normas contábeis, as quais definem os critérios para o reconhecimento, mensuração e divulgação em suas demonstrações financeiras. Não divulgá-las de forma adequada e transparente significa apresentar demonstrações financeiras inadequadas, sem conseguir dar a devida clareza das operações e riscos a que estão sujeitas as empresas que praticaram o hedge, podendo colocar em risco a tomada de decisão de seus usuários e incorrer até mesmo em sanções legais.

A ideia lógica do hedge é impedir que variações cambiais tragam impactos para as empresas envolvidas em operações cambiais, sejam elas ativas ou passivas. Na prática, a ideia é "congelar" o valor do dólar para a empresa em um nível predeterminado, garantindo, assim, previsibilidade no fluxo de caixa. Isso facilita o planejamento financeiro, especialmente para importadores e exportadores. Desta forma, caso a moeda estrangeira tenha oscilações significativas, automaticamente haverá "proteção" contra essa variação, uma vez que as moedas contratadas poderão estar "travadas", evitando, assim, prejuízos que não são decorrentes do negócio da empresa em si, mas de fatores externos.

Com isso, as decisões estratégicas, como investimentos e expansão, por exemplo, não sofrerão os impactos de eventuais oscilações. Também ficará clara a gestão de risco cambial eficiente, aumentando a confiança de investidores e parceiros, facilitando o acesso a capital e oportunidades de negócios.

Dada sua complexidade, sua realização exige conhecimento especializado, evitando que essa decisão seja ineficaz, pois o erro poderá levar a um custo inesperado e indesejado para a companhia.

Há um leque de opções para se fazer o hedge cambial, cada uma com suas características e vantagens. As opções de câmbio concedem flexibilidade na compra ou venda de moeda estrangeira a um preço predeterminado no futuro, enquanto os futuros garantem a liquidação automática da operação em uma data específica. Já os forwards são contratos personalizados entre duas partes, definindo taxa e data de entrega da moeda.

Há ainda os swaps, que combinam diferentes fluxos de caixa em diferentes moedas, permitindo a troca de taxas de juros e a gestão de riscos complexos. Por fim, as operações com derivativos não padronizados oferecem soluções sob medida para necessidades específicas, como swaps de commodities com componente cambial.

Assim, a melhor escolha dependerá da análise precisa dos riscos, sendo crucial para determinar a melhor estratégia, considerar fatores como volatilidade, exposição ao risco, perfil de risco da empresa e objetivos estratégicos.

Por isso, é importante fazer simulações de cenários e análises que permitam testar diferentes hipóteses e avaliar o impacto do hedge cambial nos resultados da empresa. Importante lembrar que o hedge cambial tem custos. As empresas precisam arcar com o custo dos contratos futuros, que pode ser significativo, especialmente se a operação não se concretizar. Portanto, análises realistas e transparência são os dois fatores primordiais antes de optar por uma operação de hedge.

Precaver sempre será o melhor caminho. Assim, esperar a crise cambial se intensificar para realizar uma operação de hedge pode ser tarde demais. Os custos serão maiores, mas, o mais importante, a eficácia pode ser comprometida, uma vez que a empresa estará mais vulnerável aos impactos negativos da desvalorização da moeda nacional.

Por isso, é fundamental se antecipar aos possíveis riscos e agir com antecedência, monitorando constante e tempestivamente a exposição cambial e suas previsões, analisando seus impactos potenciais para o negócio e, especialmente, buscando orientação profissional para implementar uma estratégia de hedge adequada. Estas são medidas essenciais para diminuir custos e amplificar a eficiência de operações como esta.

Uma atuação baseada em hedge é estratégica. No entanto, como já mencionado, deve ser transparente e ser feita com base em análises aprofundadas, sendo importante ressaltar que o hedge cambial não é uma solução mágica, mas uma ferramenta que, caso utilizada de forma inteligente e preventiva, pode servir como um escudo para a saúde financeira de uma empresa.

Paulo Barbosa
é sócio-líder da BDO para instituições financeiras.



Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas


FATOS & COMENTÁRIOS

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Barril de petróleo ruma para US$ 70

Pouco a pouco, os preços dos contratos futuros de petróleo vão caindo. Depois de perder o suporte de US$ 80, o contrato do tipo West Texas Intermediate (WTI) se aproxima dos US$ 70. Nesta sexta-feira, nova queda, de 3,66%, para fechar em US$ 73,52 o barril na New York Mercantile Exchange. O petróleo Brent para entrega em outubro perdeu 3,41%, para fechar em US$ 76,81 dólares o barril na London ICE Futures Exchange.

Com isso, os preços dos combustíveis no Brasil estão mais caros que no mercado internacional. O Sinalizador PPI (preço de paridade de importação) do site Soberano Brasil mostrava, na quinta-feira (1º) o diesel 8,1% acima e a gasolina 1,3% além do PPI. Isso sem considerar que o cálculo do PPI não leva em conta a importação de diesel russo, com volume dominante no Brasil e preço abaixo do praticado nos EUA.

As deusas e os vira-latas

O viralatismo da mídia brasileira voltou a atacar, materializado em manchetes que destacavam que Rebeca Andrade foi a "primeira entre os mortais". O aparente elogio na verdade rebaixa a ginasta brasileira ante Simone Biles, já que esta ocuparia o Olimpo – local também merecido por Rebeca, que ficou a uma diferença de 2% dos pontos da norte-americana e teve nota superior em barras assimétricas.

Nada surpreendente para uma mídia que reproduz acriticamente o que vem dos Estados Unidos.

As ginastas do Brasil e dos EUA ainda se enfrentarão em provas individuais por aparelho, com chances de Rebeca conquistar ouro.

EUA acima de tudo

A mídia dos EUA faz o oposto da brasileira: coloca seu país acima de tudo e de todos. Desde as Olimpíadas de Pequim 2008, quando os chineses conquistaram mais medalhas de ouro e ficaram no topo do quadro, a imprensa norte-americana publica o ranking ordenado pelo número de medalhas totais – critério que favorece os EUA. O Comitê Olímpico Internacional (COI) e o resto do mundo ordenam o quadro de medalhas pelo número de ouros.

Rastreamento de câncer de pulmão

Estima-se que haja 31.270 novos casos e 27 mil mortes por câncer de pulmão anualmente no Brasil. Dos novos casos, apenas 15% são diagnosticados no estágio I, que é potencialmente curável.

Luciana Costa-Silva, radiologista atuante na Hermes Pardini, do Grupo Fleury, é coautora do primeiro consenso brasileiro para rastreamento de câncer de pulmão, um marco importante na luta contra a doença. Este consenso é fruto de uma colaboração entre a Sociedade Brasileira de Cirurgia Torácica, a Associação Brasileira de Cirurgia Torácica e o Colégio Brasileiro de Radiologia e Diagnóstico por Imagem.

O tabagismo continua sendo o principal fator de risco, responsável por mais de 85% dos casos.

Rápidas

O Degusta Búzios, Festival Gastronômico da Região dos Lagos, será realizado neste final de semana e no próximo, no município fluminense *** Neste sábado, às 16h, haverá visita guiada pela produtora Marina Meliande e Felipe M. Bragança e pelos cineastas Cao Guimarães e Paz Encina à exposição *Lab Cinema Expandido – Rio de Janeiro*, na Rua Dois de Dezembro, 63 – Flamengo *** O golpe de 1823, liderado por D. Pedro I, é o ingrediente principal do livro *O primeiro golpe do Brasil*, que será lançado no IAB nesta segunda-feira, às 17h.

Rio de Janeiro registra recorde de abertura de empresas em julho

Número de novos negócios chegou a 7.315 no período

Com um total de 7.315 novos negócios, o Estado do Rio de Janeiro registrou recorde de abertura de empresas no mês de julho. O resultado é a melhor marca da história para o período, nos 215 anos de existência da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (Jucerja). O aumento ocorreu pela quarta vez no ano e pelo segundo mês consecutivo. No total, o estado contabiliza 44.158 novas empresas nos primeiros sete meses do ano, o melhor resultado para o acumulado de janeiro a julho.

O governador Cláudio Castro atribuiu o resultado ao ambiente favorável de negócios que foi desenvolvido no Rio de Janeiro. Segundo Castro, o empreendedorismo fomenta o crescimento econômico na medida em que gera empregos, estimula o aumento da produção e o consumo, além de promover a inovação e a competitividade, impulsionando a economia.

Segundo a Agência Brasil, os outros recordes de 2024 foram batidos em junho (6.597), abril (7.035) e janeiro (5.528). O número de julho representa um aumento de 5% em relação ao recorde anterior para o mês, alcançado em 2022 (6.970 novos negócios), e de 9,6% em relação ao total de igual período do ano passado (6.671).

O presidente da Jucerja, Sergio Romay, destacou que a autarquia vem trabalhando na simplificação e desburocratização dos processos, visando "facilitar e incentivar o empreendedorismo e, assim, contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Rio de Janeiro".

Dos 7.315 novos negócios registrados em julho, 6.810 se referem a constituições. Também estão computadas 386 aberturas de filiais e 119 inscrições de transferências. As principais atividades das novas empresas são serviços de escritório (1.554), consultórios médicos (1.240), comércio de vestuário e acessórios (1.142) e restaurantes (1.102). Entre os municípios que mais abriram empresas em 2024 estão o Rio de Janeiro (22.522), Niterói (2.997), Duque de Caxias (1.651), São Gonçalo (1.428) e Campos (1.057).

China marca presença em marcas e produtos nas Olimpíadas

Embora ausentes das arenas dos Jogos Olímpicos de Paris, os comerciantes chineses estão mostrando suas forças em outros palcos, contribuindo para o ambiente esportivo, alegre e inclusivo do evento. De acordo com dados divulgados pelo Comitê Organizador de Paris 2024, 80% das Phryges, mascotes dos Jogos, são fabricadas na China.

Os fabricantes chineses também estão dominando o mercado de produtos derivados do esporte, como binóculos, bastões de torcida e lenços de torcedor. "Muitos de meus amigos que vendem bastões de torcida receberam pedidos em massa para os Jogos Olímpicos de Paris. A maioria dos pedidos foi entregue aos mercados do exterior no mês passado", disse Chen Shaomei, uma comerciante da cidade de Yiwu, no leste da China, também chamada de "o supermercado do mundo".

No mês passado, a Heytea, uma das principais marcas de chá chinês de novo estilo, fez sua estreia em Paris com uma loja pop-up projetada como uma casa de chá tradicional. A loja promoveu a cultura do chá chinês por meio de bebidas inovadoras à base de chá. A Pop Mart, fabricante chinesa de brinquedos da moda, abriu uma loja no icônico Museu do Louvre para compartilhar uma mistura criativa de arte e diversão. "As Olimpíadas são uma boa plataforma para nos mostrarmos ao mundo", disse Gu Yujia, vice-presidente de estratégia da Heytea,. "As vendas são boas e os consumidores realmente gostam de nós", acrescenta.

Os governos locais chineses também estão intensificando seus esforços de divulgação da marca da cidade neste ano, que marca o 60º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre a China e a França, bem como o Ano da Cultura e do Turismo China-França.

Guizhou, uma província paisagística no sudoeste da China que ganhou atenção no mundo dos esportes com jogos de futebol emocionantes jogados por moradores, lançou uma exposição de fotos cativante em algumas estações de metrô em Paris. "Andando em Paris, é possível encontrar a China inúmeras vezes", disse o departamento de turismo do país em Paris em sua conta no WeChat.

ANS recebe contribuições para atualização do Rol

A gência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), agência reguladora vinculada ao Ministério da Saúde responsável pelos planos de saúde, abriu, nesta sexta-feira (2), a Consulta Pública 134, com o objetivo de obter contribuições sobre a proposta de atualização do Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde.

Os interessados podem enviar suas contribuições até 21 de agosto no próprio site da ANS, onde também estão disponíveis os documentos relacionados às propostas durante o período de consulta.

A proposta de atualização inclui a tecnologia Ablação simpática renal por radiofrequência, procedimento para tratar hipertensão arterial sistêmica resistente não controlada. A tecnologia foi aprovada para ir à consulta pública durante a 8ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada (DICOL) 2024, realizada no dia 29 de julho.

Por ter recomendação preliminar desfavorável à incorporação ao Rol pela área técnica da ANS, o procedimento também passará por audiência pública. Vale lembrar que os formulários para envio de contribuições das consultas públicas para a atualização do Rol foram reformulados. Com a alteração, a sociedade poderá informar se concorda; discorda; ou concorda/discorda parcialmente das incorporações. Antes da mudança, as classificações dos tipos de opinião disponíveis eram: concordo; discordo; ou concordo/discordo parcialmente da recomendação preliminar da ANS.

A agência reguladora esclareceu que o objetivo da modificação é conferir maior clareza e transparência ao processo de participação social. O Rol tem sido constantemente atualizado por meio de um processo dinâmico, que conta com ampla participação social, no qual a análise das tecnologias é feita a partir de metodologia de avaliação de tecnologias em saúde e nos princípios da saúde baseada em evidências, utilizados em diversos países ao redor do mundo.



VINHO ETC.

Míriam Aguiar
Professora e somelier
miriam.aguiar@gmail.com

Explorando o sul da Itália e seus rebentos vulcânicos

Depois de já ter explorado as principais regiões vitivinícolas do norte e centro da Itália, vim conhecer uma parte do sul do país, especialmente a área do Etna, na Sicília, bem como a região da Campânia, que inclui áreas próximas da baía de Nápoles (Vesúvio e Campi Flegrei) e, mais ao interior, próximos da comuna de Avellino. São regiões muito impactadas pela presença de vulcões, verdadeiras entidades que se erguem no horizonte e adornam a paisagem local, funcionando como atrativos turísticos, mas que, em certos períodos, podem provocar pânico e destruição.

Do mesmo modo, em relação à produção vitivinícola, o vulcanismo imprime seus traços na geologia e no clima do entorno, podendo gerar resultados muito particulares na textura e no paladar dos vinhos. Sua atividade pode também ser uma ameaça para a condução dos vinhedos e até mesmo para a continuidade produtiva. Não por acaso, escolhi esse roteiro, que me colocou em contato com a realidade dessas "vidas vulcânicas" e me deu a oportunidade de conhecer vinhos não apenas de excelente qualidade, mas de muita personalidade.

Cheguei por Roma, onde já estive há muitos anos, e a minha percepção continua sendo de que a cidade parece fazer a transição entre as metades norte e sul da Itália. O sul tem mais problemas econômicos, o cotidiano mostra uma precariedade social mais evidente e as grandes cidades são menos organizadas. O que não as torna menos atraentes, pois há farta beleza natural, histórica e cultural.

Massa, pizza, vespa, cappuccino e vinho estão em todos os lugares e parecem cristalizar uma identidade nacional, assim como a analogia entre os contornos geográficos da Itália e a imagem de uma bota nos dá a impressão de que eles são partes de uma mesma unidade. Mas a Itália é mais distinta do que pode parecer, pois sua unificação se deu muito tardiamente (1861). Antes de tudo, há os toscanos, venezianos, romanos, sardos, sicilianos, napolitanos etc. Muito antes ainda, o tecido de que se constituiu cada uma dessas identidades.

Visitar os produtores de cada área e escutar a história da formação de seus territórios e propriedades é entender um pouco do quanto pode significar uma guerra, as migrações, uma epidemia, a erupção de um vulcão e a emergência, em outra geração, de um vinho abençoado por um território um dia destruído.

De Roma, eu tinha um voo para a cidade de Catânia, cidade portuária importante no sopé do Monte Etna, a nordeste da ilha da Sicília. Meu voo foi desviado para a cidade de Comiso, a cerca de 1h30 de Catânia, porque havia muita cinza vulcânica no solo, proveniente da atividade do Etna, e todos os voos dali foram cancelados. Felizmente, a companhia fretou um ônibus de Comiso a Catânia para complementar a viagem.

A Sicília é uma terra muito antiga de produção de vinhos, introduzida pelos gregos, que chegaram ali no século 8 a.C. É um grande produtor: possui a maior área de vinhedos do país, em torno de 100 mil hectares, e cerca de 12% da produção do vinho italiano. As principais áreas vitivinícolas estão a nordeste (Faro e Etna), sudeste (Eloro e Vittoria) e oeste (Marsala). Há uma grande produção regional que assina como IGT, desde vinhos de grande volume a notáveis DOC. De Catânia, fui para Nápoles, para conhecer essa importante metrópole italiana, na região da Campânia. Muitas uvas autóctones e vinhos impactados pela mineralidade vulcânica. Históricos de produção às vezes interrompidos por abalos sísmicos. Rebentos vulcânicos que orgulham seus produtores. Tratarei do tema em detalhe nos próximos artigos.

Visite a página de Míriam Aguiar no Instagram e se inscreva em cursos e aulas de vinhos presenciais e online. Instagram: @miriamaguiar.vinhos. Blog: miriamaguiar.com.br/blog

Julho foi o melhor mês do ano para emplacamentos de veículos

De acordo com dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), julho foi o melhor mês do ano para emplacamentos de veículos até o momento. Com crescimento de 4,9% sobre junho, o mês registrou 419.829 unidades. Todos os segmentos, à exceção de motocicletas, que sofreram um pequeno ajuste, tiveram alta em relação ao mês anterior e a julho de 2023, impulsionados pelo maior número de dias úteis do mês (23, em julho, ante 20, em junho).

"Apesar da sazonalidade de meio de ano, o resultado foi excelente, tanto que este foi o melhor mês de julho desde 2014. O acumulado dos sete meses revela crescimento em linha com nossas projeções para 2024. E a oferta de crédito continua a ter influência positiva nas vendas", afirma Andreta Jr., presidente da Fenabrave.

Os segmentos de automóveis e comerciais leves continuam seguem com demanda aquecida e impulsionados pela boa oferta de crédito. A alta na comparação com o mês de junho está em linha com as projeções divulgadas pela Fenabrave – que é de aumento de 15% em relação a 2023. "As condições de crédito continuam favorecendo os financiamentos e proporcionando bons números de vendas" , afirma o presidente da Fenabrave.

Já automóveis e comerciais leves híbridos e híbridos plug-in têm se consolidado gradualmente, no mercado nacional. "Os veículos híbridos acumulam números consistentes em 2024 e já se aproximam das 60 mil unidades no ano", diz Andreta Jr.

Com queda em relação a junho, automóveis e comerciais leves elétricos puros seguem positivos em relação ao ano passado e no acumulado de 2024. "Apesar dos percentuais expressivos, a participação de veículos elétricos nos emplacamentos de autos e leves ainda é inferior a 3% do total comercializado no mercado" , analisa o presidente da Fenabrave.

O setor de caminhões registrou alta nos emplacamentos no mês e está positivo no ano. "O mercado segue com bons resultados e a alta do mês tem relação com o maior número de dias úteis e a um ligeiro aumento nas compras de caminhões para locação, atividade que vem ganhando espaço no país", diz Andreta Jr.

O segmento de ônibus tem conseguido diminuir a retração observada nos primeiros meses de 2024. As vendas do acumulado até julho já estão muito próximas das realizadas em iguais meses do ano passado. "O maior número de dias úteis em julho e a última janela das entregas de veículos do programa Caminho da Escola, antes das eleições municipais, beneficiaram o segmento, que já se aproxima do resultado alcançado no mesmo período de 2023" , avalia o presidente da Fenabrave.

E os implementos rodoviários mantiveram o viés positivo em julho, com uma alta acumulada um pouco menor que a obtida pelos caminhões. "Estes são segmentos que tendem a caminhar em ritmo semelhante nos emplacamentos, impulsionados pelos mesmos setores da economia".

Quanto às motos, embora com pequena retração na comparação com o mês anterior, o segmento continua aquecido, com altas sobre julho de 2023 e no acumulado dos sete meses de 2024, cujo resultado permanece superior ao alcançado em 2011 (ano de recorde em emplacamentos de motocicletas no Brasil). "O resultado de julho mostra apenas uma acomodação no segmento que mais cresce no ano, até o momento. A necessidade de um veículo ágil para entregas e para transporte urbano, com baixo custo, continua motivando a aquisição de motos" , diz Andreta Jr.

E se forem eletrificadas, o segmento segue com bastante oscilação em 2024. "No acumulado do ano, são pouco mais de 4,2 mil unidades, o que mostra um mercado ainda em formação" , diz o presidente da Fenabrave.

Já de acordo com levantamento realizado pelo Webmotors Autoinsights com 2.141 usuários, quando questionados sobre as motivações para a escolha do final da placa, 39% dos respondentes disseram levar em conta o rodízio de veículos – medida adotada na cidade de São Paulo em áreas urbanas com alto volume de tráfego que consiste em restringir a circulação de veículos em dias e horários específicos, de acordo com o final da placa do carro, com o objetivo de reduzir congestionamentos e a poluição.

O estudo revela outros motivos para a escolha dos finais de placas: IPVA (31%); licenciamento (29%); crenças (14%); e outros fatores (5%) também foram citados no levantamento. Entre os participantes da pesquisa, 59% estão em busca de um novo veículo.

Na comparação entre os finais de placa mais buscados na Webmotors no primeiro trimestre de 2024 ante o mesmo período do ano passado, a liderança se manteve com os finais 1 e 2, cujo pagamento do licenciamento está previsto para julho e o rodízio acontece às segundas-feiras.

No Dia dos Pais, brasileiro deve gastar até R$ 181 com presente

Neste Dia dos Pais, o brasileiro pretende desembolsar, em média, até R$ 181 (R$ 176 em 2023) em presente, de acordo com pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha a pedido da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs). Neste ano, quatro em cada 10 entrevistados têm a intenção de comprar presente, patamar similar a 2023.

Segundo o estudo, em comparação ao ano passado, três em cada dez entrevistados acreditam que os gastos serão maiores em 2024, enquanto 27% apontam que serão menores e 40% que vão gastar o mesmo valor. Há uma tendência dos mais jovens (18 a 24 anos) apontarem que irão gastar mais do que em 2023.

A partir dos dados da pesquisa, a Abecs estima que a data neste ano deve movimentar um volume em torno de R$ 7,8 bilhões. Em relação ao ano passado, o valor de 2024 apresenta um aumento de 1,7% no total projetado.

Ainda sobre o valor do presente, a pesquisa da Abecs mostra que o gasto médio deve ser maior entre os consumidores do Centro-Oeste (R$ 226) e menor na Região Nordeste (R$ 154). No Sudeste, o gasto médio estimado é de R$ 195, no Norte de R$ 187 e na Região Sul, de R$ 171. Além disso, na média, os homens pretendem desembolsar mais do que as mulheres, com tíquetes médios de R$ 219 e R$ 142, respectivamente.

O levantamento também analisou o local onde o consumidor pretende comprar o presente: pouco mais de dois terços (68%) dos entrevistados pretendem comprar em loja física. A preferência por transações presenciais é maior na região metropolitana (69%) e entre as mulheres (73%). Já o canal online possui uma procura maior entre os homens (33%) e jovens de 25 a 34 anos (35%).

Assim como em 2023, o cartão é o meio de pagamento preferido entre os consumidores (37%), seguido pelo dinheiro (31%) e Pix (30%). Cartão de loja, boleto bancário e não soube responder aparecem com 1% cada.

Educbank Pagamentos Educacionais S.A.
CNPJ/MF nº 37.315.476/0001-21 - NIRE 35.300.555.201
Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convocados os Acionistas da **Educbank Pagamentos Educacionais S.A.** ("Companhia"), conforme disposto no Artigo 8, do Estatuto Social da Companhia e nas Cláusulas 4.1.2 e 4.1.3 do Acordo de Acionistas, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada de forma exclusivamente digital, em primeira convocação, no dia 12 de agosto de 2024, às 09:00 horas, com a presença de acionistas que representem no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social com direito de voto, ou, em segunda convocação, no dia 15 de agosto de 2024, às 09:00 horas, com a presença de qualquer número dos acionistas com direito de voto, em ambiente virtual pelo *link*: https://us02web.zoom.us/j/5058965956?pwd=VUJJUGVtSU9iWHd4TGw2T3E2b3ZyUT09, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (a) a 1ª (primeira) emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para colocação privada da Companhia ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em conformidade com os termos estabelecidos no "*Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Colocação Privada, da 1ª (Primeira) Emissão de Educbank Pagamentos Educacionais S.A.*" ("Escritura de Emissão"), a serem subscritas e integralizadas pelo **JIF Créditos - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Privado**, fundo de investimento em direitos creditórios, constituído sob a forma de condomínio fechado, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 35.138.028/0001-74, devidamente representado pela Jive High Yield Gestão de Recursos Ltda., sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1.485, 18º andar, Torre Norte, Jardim Paulistano, CEP 01452-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.170.960/0001-49 ("Fundo Jive" ou "Debenturista"); (b) nos termos do artigo 9(v) do Estatuto Social da Companhia, a outorga, pela Companhia, da cessão fiduciária da (a) totalidade dos direitos creditórios, atuais e futuros, principais e acessórios, de titularidade da Companhia, decorrentes (a.1) das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, da terceira série da primeira emissão da Travessia Securitizadora S.A., objeto de colocação privada, emitidas por meio do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em 3 (Três) Séries, para Distribuição Pública sob o Rito Automático para as Debêntures da 1ª (Primeira) Série e Debêntures da 2ª (Segunda) Série e Colocação Privada para as Debêntures da 3ª (Terceira) Série, da Travessia Securitizadora S.A.*" celebrada em 20 de março de 2023, entre a Travessia Securitizadora S.A (CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64), a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (CNPJ/MF nº 22.610.500/0001-88), e a Companhia, conforme aditado de tempos em tempos, que sejam ou venham a ser, a qualquer título, de titularidade da Companhia ("Debêntures Securitizadas"), incluindo todos os direitos e acréscimos relacionados, seja a que título for, inclusive a título de principal, remuneração, prêmio, encargos moratórios, multas, indenizações e demais encargos ou acréscimos, até o valor limite de R$17.500.000,00 (dezessete milhões e quinhentos mil reais), bem como (a.2) de debêntures securitizadas de titularidade da Companhia emitidas pela Travessia Securitizadora S.A. ou quaisquer outras securitizadoras, que venham a ser de titularidade da Companhia até o valor limite de R$22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais), sendo certo que a somatória dos valores mencionados nos itens (a.1) e (a.2) acima deverá estar limitada (I) até a data em que for realizada a integralização da Segunda Parcela (conforme definido na Escritura de Emissão), a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais); (II) a partir da data em que for integralizada a Segunda Parcela (conforme definido na Escritura de Emissão), a R$ 22.250.000,00 (vinte e dois milhões e duzentos e cinquenta mil reais); (III) a partir da data em que for integralizada a Terceira Parcela (conforme definido na Escritura de Emissão), a R$ 28.500.000,00 (vinte e oito milhões e quinhentos mil reais); (IV) a partir da data em que for integralizada a Quarta Parcela (conforme definido na Escritura de Emissão), a R$ 34.750.000,00 (trinta e quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais); e (V) a partir da data em que for integralizada a Quinta Parcela (conforme definido na Escritura de Emissão) até a integral quitação das Obrigações Garantidas, a R$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões de reais) ("Valor Limite") ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente - Debêntures Securitizadas"); (b) totalidade (b.1) dos direitos creditórios de titularidade da Companhia, atuais e futuros, contra o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Depositário") pelos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos por conta da Companhia em decorrência do pagamento dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente - Debêntures Securitizadas mantidos em depósito na Conta Vinculada (conforme previsto no Instrumento de Garantia), independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária, até o limite indicado no item (a.i) acima; e (b.2) dos direitos, presentes e futuros, decorrentes da Conta Vinculada (os itens (b.1) e (b.2), em conjunto, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente – Conta Vinculada"); e (c) totalidade dos créditos de titularidade da Companhia decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme previsto no Instrumento de Garantia), que sejam realizados nos termos do Instrumento de Garantia, sendo tais Investimentos Permitidos (conforme previsto no Instrumento de Garantia) vinculados à Conta Vinculada ("Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente - Investimentos Permitidos") nos termos do "*Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia*", a ser celebrado entre a Companhia e o Fundo Jive ("Instrumento de Garantia") ("Cessão Fiduciária"), em garantia ao fiel pagamento das Debêntures; (c) a celebração, pela Companhia, do "Contrato de Depósito", a ser celebrado entre a Companhia e o Banco Depositário ("Contrato de Depósito"); (d) a autorização para que a diretoria da Companhia tome todas as medidas necessárias para a implementação e formalização das deliberações constantes dos itens acima, incluindo (a) a contratação dos prestadores de serviço da Emissão, inclusive, sem limitação, o Banco Depositário e os assessores legais, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e fixar-lhes os respectivos honorários; (b) a celebração da Escritura de Emissão, do Instrumento de Garantia, do Contrato de Depósito e dos demais documentos e eventuais aditamentos que sejam necessários para a realização da Emissão e da outorga da Cessão Fiduciária; (e) a ratificação dos atos já praticados pelos administradores, diretores, conselheiros e/ou procuradores da Companhia, para a realização e implementação das deliberações constantes dos itens acima. Nos termos da IN 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), a Companhia enviará aos acionistas o Boletim de Voto a Distância, que deverá ser devolvido a sociedade no mínimo cinco dias antes da realização da Assembleia, considerada em primeira convocação. O envio de boletim de voto a distância não impede o acionista de se fazer presente à assembleia digital, caso em que o boletim enviado será desconsiderado.

São Paulo, 01 de agosto de 2024.
Danilo Pereira da Costa Filho - Presidente do Conselho de Administração

MARCON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 27.050.764/0001-48

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022 (não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**25.938**	27.920
Aplicações financeiras	4	**4.923**	756
Contas a receber	5	**11.445**	-
Estoques		**-**	159.717
Outros créditos		**8.246**	100.863
		50.552	289.256
Não circulante			
Propriedades para investimento	6	**850.000**	-
Imobilizado	7	**18.330**	22.113
Outros créditos		**13.483**	13.271
		881.813	35.384
Total do ativo		**932.365**	324.640
Passivo			
Circulante			
Empréstimos bancários	9	**18.062**	18.372
Impostos e contribuições a recolher		**1.485**	9
Outras obrigações		**4.038**	13.205
		23.585	31.586
Não circulante			
Empréstimos bancários	9	**129.348**	109.077
Partes relacionadas	10	**20.281**	20.268
IR e CS diferidos	6	**199.310**	-
Outras obrigações		**306**	558
		349.245	129.903
Patrimônio líquido	11		
Capital social		**41.047**	41.047
Reserva legal		**6.105**	-
Lucros acumulados		**512.383**	122.104
		559.535	163.151
Total do passivo e do patrimônio líquido		**932.365**	324.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado (não auditado) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota	2023 (não auditado)	2022 (não auditado)
Receitas líquida de aluguéis e serviços	13	**71.430**	28.620
Lucro bruto		**71.430**	28.620
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas, gerais e administrativas	14	**(45.894)**	(7.137)
Ganho na avaliação do investimento ao preço de venda		**586.205**	-
		611.741	21.483
Resultado financeiro			
Despesas financeiras	15	**(24.529)**	(2.257)
Receitas financeiras	15	**2.948**	-
Resultado financeiro		**(21.581)**	(2.257)
Lucro antes dos impostos e contribuições		**590.160**	19.226
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	**(6.627)**	(2.842)
Imposto de renda e contribuição social diferido	6	**(199.310)**	-
Lucro líquido do exercício		**384.223**	16.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente (não auditado) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023 (não auditado)	2022 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	**384.223**	16.384
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente total	**384.223**	16.384

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa (não auditado) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	2023 (não auditado)	2022 (não auditado)
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**384.223**	16.383
Ajustes ao lucro líquido decorrentes de		
Depreciação e amortização	**1.544**	1.535
Aluguel linear	**(7.699)**	-
Provisão para perda de crédito esperada	**21.658**	-
Despesas de juros e multas	**24.546**	-
Ganho na avaliação do investimento ao preço de venda	**(586.205)**	-
Imposto de renda e contribuição social diferida	**199.310**	-
Outras provisões	**37.377**	17.918
Redução (aumento) dos ativos		
Contas a receber	**(40.241)**	-
Aquisição de investimentos	**(2.846)**	-
Transferência de estoque para investimentos	**260.997**	-
Adiantamento de terceiros	**(90.086)**	(90.211)
Outros créditos	**(773)**	10.781
	164.428	(61.512)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	**2.010**	(1.130)
Impostos e contribuições a recolher	**1.427**	8
Empréstimos e financiamentos	**(4.136)**	118.662
Outras obrigações	**(49)**	(6)
	163.680	56.022
Provisão - IRPJ e CSLL	**5.233**	2.842
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**370.718**	58.864
Atividades de investimento		
Adições em propriedade para investimento	**(372.716)**	-
Aquisição de ativo imobilizado	**(134)**	-
Outros investimentos	**(48)**	(29)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**(372.898)**	(29)
Atividades de financiamento		
Empréstimos de terceiros	**198**	(34.289)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	**198**	(34.289)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(1.982)**	24.546
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**25.938**	27.920
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**27.920**	3.374
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(1.982)**	24.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (não auditado) - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 dezembro de 2021 (não auditado)	41.047	-	-	136.731	177,778
Lucro líquido do exercício	-	-	-	16.383	16.383
Distribuição de dividendos (Nota 9)	-	-	-	(31.010)	(31.010)
Saldos em 31 dezembro de 2022 (não auditado)	41.047	-	-	122.104	163.151
Lucro líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**384.223**	**384.223**
Constituição da reserva legal exercícios anteriores (Nota 9)	**-**	**6.105**	**-**	**-**	**6.105**
Ajustes de exercícios anteriores	**-**	**-**	**-**	**6.056**	**6.056**
Saldos em 31 dezembro de 2023 (não auditado)	**41.047**	**6.105**	**-**	**512.383**	**559.535**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional. O Marcon Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia"), sediado na Avenida Ayrton Senna nº 2150, Bloco F, Sala 204 - parte, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, foi constituído em 22 de janeiro de 1981 e tem por objeto exploração de empreendimentos imobiliários, incluindo "shopping center", no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, bem como a gestão de estacionamentos e garagens próprios. A Companhia é controlada por Lepeme Participações e Investimentos Ltda. e Vamarco Participação Administração e Empreendimentos Ltda, com participação de 50% para cada sócio. A Companhia detém atualmente participação 100% nas unidades imobiliárias dos blocos A ao H, 20% das unidades imobiliárias do bloco I e 100% das unidades imobiliárias dos blocos J ao P no empreendimento Casashopping localizado no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que foi inaugurado em 28 de setembro de 1984. A autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 21 de junho de 2024. **2. Resumo das principais políticas contábeis.** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação.** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas propriedades para investimento, que foram mensuradas pelo valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa.** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **2.3. Contas a receber.** Incluem valores a receber de aluguéis, registrados conforme o regime de competência na data do balanço. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **2.4. Ativos financeiros.** Reconhecimento inicial e mensuração. Ativos financeiros no reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47. Vide políticas contábeis na Nota 2.14 - Reconhecimento de receitas. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e outras contas a receber. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.* Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado, no período em que ocorrem. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia não possuía operação de hedge na data base das demonstrações financeiras individuais e consolidas. Os ativos financeiros da Companhia ao valor justo por meio do resultado incluem principalmente os equivalentes de caixa. *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros.* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. **2.5. Passivos financeiros.** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, contas a pagar, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **2.6. Propriedades para investimento.** Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações, ou ambos) mantida pelo proprietário, ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento operacional, para rendimento de alugueis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio. A Companhia é proprietária da fração ideal das unidades imobiliárias do Casa Shopping (Shopping Center), conforme mencionado na nota 1, que é mantido para auferir receitas de aluguel de longo prazo. Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. **2.7. Fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.8. Provisões.** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. **2.9. Capital social.** Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. **2.10. Imposto de renda e contribuição social.** As provisões de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro fiscal são calculadas pelo regime de tributação lucro presumido caixa, aplicando as alíquotas 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o montante tributável excedente de R$240 mil por ano para imposto de renda e 9% para CSLL, sob uma base presumida distinta, conforme receita correspondente. Ou seja, a base de cálculo do imposto é determinada através da aplicação de um percentual sobre os valores globais da receita auferida pela pessoa jurídica, percentual este que é expressamente previsto em lei e varia em função da atividade da Empresa. • Receitas operacionais - percentual presumido de 32%; • Receitas financeiras - percentual de 100%. A apuração por meio do lucro presumido que tem como base o regime de caixa é calculado proporcionalmente ao valor recebido dos valores faturados, mas sem dedução de qualquer tipo de custos ou despesas. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **2.11. Reconhecimento de receita.** Receita de aluguel. A Companhia reconhece suas receitas de aluguel e cessão de direito de uso pelo método linear durante o período do arrendamento, incluída na receita na demonstração do resultado devido à sua natureza operacional. Essas operações são classificadas como arrendamentos operacionais, uma vez que a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo. Os contratos de locação de forma geral estabelecem que os locatários devem pagar o maior valor entre um mínimo contratual estipulado e uma variável, calculado através de um percentual sobre as vendas de cada estabelecimento. Os aluguéis mínimos são ajustados por aumentos fixos regulares ao longo do prazo dos contratos, aluguel em dobro no mês de dezembro e pela inflação. De acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Operações de arrendamento mercantil, as receitas de aluguéis mínimos, considerando eventuais efeitos de carências, descontos, etc., e excluindo os efeitos inflacionários, devem ser reconhecidas de forma linear ao longo do prazo do contrato, e qualquer excesso do aluguel variável é reconhecido quando incorrido, independentemente da forma de recebimento. Receitas de financeiras. As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. **2.12. Distribuição de dividendos.** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em Assembleia Geral. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas.** Julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. Descrevemos abaixo as principais estimativas da Companhia: *Mensuração ao valor justo de propriedades para investimento.* A Companhia contabiliza e divulga o valor justo de sua propriedade para investimento conforme requerido pelo IAS 40 / CPC 28. Para propriedade de investimento, uma metodologia de avaliação baseada em um modelo de fluxo de caixa descontado foi utilizada, considerando a ausência de dados de mercado comparáveis devido à natureza das propriedades. A Companhia contrata serviço de terceiros para elaboração dos referidos cálculos. As principais premissas utilizadas para determinar o valor justo das propriedades para fins de divulgação são fornecidas na Nota 6. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber.* A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber de aluguéis e cessão de direito de uso. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber da Companhia estão divulgadas na Nota 5. *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.* A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e interno. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As obrigações legais são provisionadas, independente da estimativa de perda das causas a ela relacionadas. Para mais detalhes sobre provisão para contingências.

4. Caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras

	2023	2022 (não auditado)
Caixa e saldos bancários	**1.432**	281
Equivalentes de caixa	**24.506**	27.639
Total de caixa e equivalente de caixa	**25.938**	27.920
Aplicações financeiras	**4.923**	756
Total de aplicação financeira	**4.923**	756

Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com liquidez imediata, os quais foram realizadas com bancos de primeira linha e são remunerados de acordo com taxas do CDI, de 100% em 31 de dezembro de 2023 (100% em 31 de dezembro de 2022), podendo ser resgatados a qualquer tempo sem prejuízo de sua remuneração até a data do resgate. Os saldos de aplicações financeira em 31 de dezembro de 2023 são compostos basicamente por aplicações em conta garantia junto com a Opea Securitizadora devido a operação de dívida.

5. Contas a receber

	2023
Aluguéis e serviços a receber	**25.404**
Outros	
	25.404
Aluguel linear	**7.699**
Provisão para perda de crédito esperada ("PCE")	**(21.658)**
	11.445

A composição por idade de vencimento de contas a receber é apresentada a seguir:

Descrição	Saldo a vencer	Saldo vencido: < 90 dias	Saldo vencido: 91-180 dias	Saldo vencido: 181-360 dias	Saldo vencido: >360 dias	Total
Aluguéis e serviços a receber	-	9.079	4.436	3.990	7.899	25.404
Outros						
Total em 2023	-	9.079	4.436	3.990	7.899	25.404
Aluguel linear						7.699
(-) PCE						(21.658)
Saldo líquido 2023						11.445

Aluguéis. A Companhia utiliza a abordagem simplificada para estimar a perda esperada sobre seus recebíveis, fazendo uso de uma matriz de perdas esperadas elaborada com base no histórico de perdas, ajustada pelas expectativas da Administração, sobre os aspectos que possam influenciar a inadimplência dos lojistas no futuro. Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito nas contas a receber de locação, cessão de direito e quotas condominiais a receber da Companhia, utilizando- -se de uma matriz de provisão:

Risco	% 31/12/2023
A vencer	**15,70**
Vencidos até 90 dias	**65,44**
Vencidos até 180 dias	**87,91**
Vencidos até 360 dias	**98,21**
Vencidos há mais de 360 dias	**100,00**

5.1. Arrendamento operacional. A Companhia mantém contratos de arrendamento operacional com os locatários das lojas do shopping (arrendatários) que possuem, via de regra, prazo de vigência de 5 anos. Excepcionalmente podem ter contratos com prazos de vigências e condições diferenciadas.

	2023
Em 2023	**11,83%**
Em 2024	**22,58%**
Em 2025	**15,05%**
Em 2026	**7,53%**
A partir de 2026	**20,43%**
Prazo indeterminado	**22,58%**
	100,00%

6. Propriedades para investimento. As propriedades para investimento referem--se ao empreendimento comercial mantido pela Companhia sob arrendamento operacional. Segue abaixo a tabela de conciliação da propriedade para investimento indicando o início e fim dos exercícios:

	Custo
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	**-**
Adições (a)	**104.078**
Reclassificação de saldo em estoque (b)	**159.717**
Ajuste a valor justo (c)	**586.205**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**850.000**

(a) Compra de 20% participação dos blocos A ao I. (b) O saldo de estoque se refere ao empreendimento comercial, onde em 2023 foi reclassificado para conta de propriedade para investimento e em seguida avaliado pelo seu valor justo. (c) Ajuste a valor justo referente ao empreendimento comercial "Casashopping" através de laudo elaborado por avaliador externo em 31 de dezembro de 2023. Sobre o ganho pelo valor justo, foi constituído o montante de R$199.310 referente a imposto de renda e contribuição social diferido passivo. Valor justo da propriedade para investimento. O valor justo da propriedade para investimento foi calculado por avaliadores externos com profissionais experientes do segmento de shopping centers. A metodologia de cálculo utilizada foi por inferência estatística, onde é utilizado métodos comparativos de dados de mercado com ativos semelhantes. Com a revisão das premissas adotadas de acordo com o cenário econômico, o valor justo total do empreendimento que a Companhia detém é de R$ 850.000 em 31 de dezembro de 2023. A Administração revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido de seu empreendimento, com o objetivo de avaliar a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração no valor recuperável de sua propriedade. **7. Imobilizado.** Segue abaixo a abertura de imobilizado para os exercícios findos:

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Saldo em 31/12/2022
Edificações	**19.110**	19.11G
Instalações	**5.892**	5.762
Outros	**190**	187
Depreciação acumulada	**(6.862)**	(2.946)
Total	**18.330**	22.113

8. Imposto de renda e contribuição social. Reconciliação da taxa efetiva. A apuração pelo lucro presumido do imposto de renda e contribuição social está demonstrada abaixo:

	2023 (não auditado)	2022 (não auditado)
Receita líquida - Regime Caixa	**52.705**	25.595
Alíquota fiscal presumida	**32%**	32%
Lucro presumido - Alíquota padrão	**16.866**	8.190
Receita financeira	**647**	
Outras receitas	**446**	200
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social no ano	**6.627**	**2.842**

9. Empréstimos e passivo de arrendamento

Data inicial	Instrumento	Taxa	Vencimento	31/12/2023
26/08/2022	Empréstimo Bancário - Banco Itaú	CDI+3,6%	25/08/2025	**17.471**
08/12/2022	Empréstimo - CRI	Série 1 CDI+2,75% Série 2 IPCA+9,20%	17/12/2032	**129.939**
Total				**147.410**
Circulante				**18.062**
Não circulante				**129.348**

Data inicial	Instrumento	Taxa	Vencimento	31/12/2022 (não auditado)
26/08/2022	Empréstimo Bancário - Banco Itaú	CDI+3,6%	25/08/2025	24.690
29/12/2021	Empréstimo Giro ABC	CDI+3,5%	22/06/2023	744
08/12/2022	Empréstimo - CRI	Série 1 CDI+2,75% Série 2 IPCA+9,20%	1/12/232	99.399
14/11/2018	Empréstimo Giro Pós Itaú	CDI+3,5%	14/11/2023	2.616
Total				127.449
Circulante				18.372
Não Circulante				109.077

Em 26 de agosto de 2022 a Companhia firmou com o Banco Itau S.A. uma cédula de crédito bancário para capital de giro. O montante total contratado foi de R$25.000. Os encargos incidentes sobre esse financiamento são de 3,6% ao ano mais CDI, e sua amortização está sendo realizada em 36 parcelas mensais. Em 08 de dezembro de 2022 a Companhia firmou com a Opea Securitizadora S.A. instrumento particular de escritura da primeira emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em duas séries, para colocação privada, da Marcon Empreendimentos Imobiliários S.A. para aquisição de 20% de participação do empreendimento comercial "Casashopping". O montante total contratado foi de R$125.000. Os encargos incidentes sobre a série 1 do financiamento são de 2,75% ao ano mais CDI e da série 2 do financiamento IPCA+ 9,20%, e sua amortização está sendo realizada em 120 parcelas mensais sendo os juros pagos a partir de janeiro de 2023 e os valores de principal serão pagos a partir de junho de 2024. As cláusulas restritivas deste contrato estabelecem que a dívida líquida/EBITDA seja inferior a 3,5x em 2023, 3,0x em 2024 e 2025, 2,5x em 2026 e 2,0x em 2027; e que o índice de cobertura dos serviços da dívida seja no mínimo de 1,2x. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia atendia todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de empréstimo. O cronograma de desembolso do empréstimo de longo prazo está programado como segue:

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Empréstimo 2024		21.391
2025	**26.390**	19.704
2026	**18.176**	12.001
2027 em diante	**84.782**	55.980
Total - Empréstimo	**129.348**	109.076

Segue abaixo o movimento financeiro dos empréstimos:

Saldo em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	8.786
(+) Captação em 2022	90.211
(+) Apropriação de juros	38.158
(-) Pagamento de empréstimos	(3.750)
(-) Pagamento de juros	(5.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	127.448
(+) Ajute saldo empréstimo	**65.357**
(+) Apropriação de juros	**24.297**
(-) Pagamento de juros	**(48.958)**
(-) Pagamento empréstimos	**(20.734)**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**147.410**

MARCON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

CNPJ/MF nº 27.050.764/0001-48

10. Partes relacionadas O saldo de partes relacionadas se refere ao aporte realizado pela Companhia Carioca de Fomento S.A. na Companhia, sem prazo de vencimento e atualização monetária. A Companhia tem a expectativa de regularização do saldo com a devida integralização para o capital social. **11. Patrimônio líquido.** a) Capital social. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social do Marcon Empreendimentos Imobiliários S.A. está representado por R$ 41.047 e com 1.523.434 ordinárias nominativas e sem valor nominal. b) Reserva legal. De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício será destinado à reserva legal até que a mesma atinja 20% do capital social, após compensação dos prejuízos acumulados. c) Dividendos e juros sobre capital próprio. O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado no exercício ajustado na forma da lei. Para o exercício de 2023, a Administração da Companhia irá propor a não distribuição de dividendos devido ao prejuízo realizado, uma vez que a Companhia em 2023 apurou um lucro líquido de R$384.223, onde R$386.895 são provenientes do ajuste a valor justo das propriedades para investimento, líquido de imposto onde ainda não foram realizados. Segundo os critérios legais estabelecidos na Lei 6.404/76, os dividendos mínimos obrigatórios, são equivalentes a R$0 em função principalmente do resultado não realizado proveniente do ganho por valor justo, líquido dos impactos tributários, contabilizado no exercício (Vide Nota 6). **12. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.** A Companhia pode estar exposta aos seguintes riscos de acordo com a sua atividade: • Risco de crédito; • Risco de mercado; • Risco de liquidez; • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos mencionados, os objetivos da Companhia, políticas para seu gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. Risco de crédito. O risco de crédito da Companhia se caracteriza pelo não cumprimento, por um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, de suas obrigações contratuais. As operações da Companhia estão relacionadas à locação de espaços comerciais e à administração de shopping centers. Os contratos de locação são regidos pela Lei de locações, e a carteira de clientes, além de diversificada, é constantemente monitorada com o objetivo de reduzir perdas por inadimplência. Os contratos de locação podem possuir a figura do fiador o que mitiga o risco de crédito da Companhia. O contas a receber de aluguéis e outros créditos são relacionados principalmente aos lojistas dos shoppings de onde a Companhia detém participação. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A Companhia monitora sua carteira de recebíveis periodicamente. Sua atividade de locação tem regras específicas em relação a inadimplência, o departamento de operações e departamento jurídico são ativos nas negociações junto aos devedores. O ponto comercial dos shoppings quando retomado ou devolvido é imediatamente renegociado com outro lojista. A medida adotada para mitigar o risco de crédito é manter sempre uma boa qualidade de lojistas nos shoppings e uma área comercial ativa para um preenchimento imediato de qualquer potencial vacância no empreendimento. A administração considera que a exposição máxima ao risco de crédito de seus ativos financeiros está representada pelos saldos de contas a receber registrados no balanço patrimonial da Companhia. O risco de crédito de seus clientes está estimado e divulgado na Nota Explicativa 5. Todo o caixa e equivalente de caixa estão aplicados em instituições financeiras com rating mínimo de "*investment grade*" emitida pelas maiores agências de rating globais (*Moody's, Austin, S&P, Fitch*) e por isso a Companhia não considera esses instrumentos como tendo risco de crédito significativo. Risco de liquidez. Considerado pela eventual incapacidade da Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre os títulos a serem emitidos e os lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez. A seguir, estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros incluindo pagamento de juros estimados e excluindo, se houver, o impacto da negociação de moedas pela posição líquida.

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	06-12 meses	1-02 anos	02-05 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários	**147.411**	**209.946**	**13.673**	**20.059**	**59.664**	**101.122**	**15.428**
Outras obrigações	**4.344**	**4.344**	**4.038**	**-**	**306**	**-**	
	151.755	**214.290**	**17.711**	**20.059**	**59.970**	**101.122**	**15.428**
31 de dezembro de 2022 (não auditado)	**Valor contábil**	**Fluxo de caixa contratual**	**6 meses ou menos**	**06-12 meses**	**1-02 anos**	**02-05 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários	127.448	238.400	14.412	14.041	68.410	109.080	32.457
Outras obrigações	13.763	13.763	13.205	-	558	-	
	141.211	252.163	27.617	14.041	68.968	109.080	32.457

Risco de mercado. Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas. Esse risco será minimizado na Companhia pela compatibilidade entre os títulos a serem emitidos e os recebíveis que lhes darão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades financeiras estão concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado. O Risco de Mercado é dividido em Risco de Taxa de Juros e Risco de Valor Justo. Risco de taxa de juros. A Companhia contabiliza ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Abaixo, a análise da exposição líquida da Companhia ao risco da taxa de juros:

	Valor contábil	
	2023	**2022**
		(não auditado)
Instrumentos financeiros de taxa de juros		
Ativos financeiros	**30.861**	28.676
Passivos financeiros	**(149.401)**	(127.449)
	(118.540)	(98.773)

Ativo financeiro. A Administração considera que não há riscos de mercado relevantes. Todos os ativos financeiros estão aplicados em instituições financeiras com rating mínimo de "investment grade" emitida pelas maiores agências de rating globais (Moody's, Austin, S&P, Fitch). Os ativos financeiros estão concentrados em investimentos pós-fixados atrelados à variação do CDI. Esses ativos estão aplicados em fundos de investimento com a característica acima citada. Risco operacional. Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a Companhia estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou. A Diretoria acompanha o desempenho do empreendimento comercial com base em um orçamento aprovado anualmente. Esse sistema permite acompanhar e validar previamente os desembolsos vis a vis o orçado assim como o desempenho financeiro e operacional dos investimentos, do mesmo modo que acompanhamos de perto a evolução de nossa liquidez com foco no curto e longo prazo. Gestão de capital. A Diretoria Financeira procura equilíbrio entre rentabilidade e o risco incorrido, de modo a não expor seu patrimônio nem sofrer com oscilações bruscas de preço ou mercado. Objetivando uma administração de capital saudável, a Companhia tem a política de preservar liquidez com o monitoramento próximo do fluxo de caixa de curto e longo prazo. Não houve alteração quanto à política da administração de capital da Companhia em relação a exercícios anteriores e a Companhia e suas subsidiarias, controladas e controladas em conjunto não estão sujeitas a exigências externas impostas de Capital. **13. Receita líquida de aluguéis e prestação de serviços**

Receita por natureza	2023	2022
	(não auditado)	**(não auditado)**
Receitas de aluguel mínimo e linear	**70.040**	28.420
Outras receitas operacionais	**1.390**	200
	71.430	28.620

14. Despesas com vendas, gerais e administrativas

Despesas com vendas, gerais e administrativas	2023	2022
	(não auditado)	**(não auditado)**
Provisão para perda de crédito esperada	**21.658**	-
Despesas com prestadores de serviços	**18.195**	3.320
Outras	**6.041**	3.817
	45.894	7.137

15. Resultado financeiro	2023	2022
	(não auditado)	**(não auditado)**
Despesas financeiras		
Despesas financeiras - Shopping	**(24.529)**	(2.257)
Outros		
	(24.529)	2.257
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	**2.948**	-
Outras receitas		
	2.948	-
	(21.581)	(2.257)

16. Contingências. A Companhia, apoiada na opinião de consultores jurídicos externos, não reconheceu provisão para contingência cíveis, trabalhistas e fiscais, uma vez que não possui ações judiciais classificadas como probabilidade de perda provável. A Companhia não possui contingências individualmente relevantes com a expectativa de perda possível passíveis de divulgação.

Diretora: Flavia Raffaelli Marcolini - CPF 837.711.237-04 **Contador:** Ricardo Luiz da Costa - CRC - 106689/O-1-RJ - CPF 494.767.267-68

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas: **Marcon Empreendimentos Imobiliários S.A.** Rio de Janeiro - RJ. **Abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa.** Fomos contratados para examinar as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Marcon Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Não expressamos opinião sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, pois, devido à relevância do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras. **Opinião sobre a posição patrimonial e financeira.** Examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, o balanço patrimonial acima referido apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa.** Nossos procedimentos de auditoria não foram suficientes para concluirmos sobre os saldos de abertura do balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2023, devido às mudanças de políticas contábeis não aplicadas de forma retrospectiva, bem como ausência de mensuração e reconhecimento de erros naquela data-base, como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Consequentemente, não foi possível determinar a existência de eventuais efeitos nos saldos do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2023 que possam ter afetado a apuração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. **Base para opinião sobre a posição patrimonial e financeira.** Nossa auditoria do balanço patrimonial foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria do balanço patrimonial". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre a posição patrimonial e financeira. **Outros assuntos – Auditoria dos valores correspondentes.** As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras.** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria do desempenho das operações e os fluxos de caixa.** Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e emitir relatório de auditoria. Contudo, conforme descrito na sessão intitulada "Base para abstenção de opinião sobre o desempenho das operações e os fluxos de caixa", não nos foi possível obter evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Responsabilidades do auditor pela auditoria do balanço patrimonial.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que o balanço patrimonial está livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base no balanço patrimonial. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria do balanço patrimonial. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante no balanço patrimonial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião sobre o balanço patrimonial. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria do balanço patrimonial para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria relacionadas ao balanço patrimonial; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião sobre o balanço patrimonial, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo do balanço patrimonial, inclusive as divulgações e se o balanço patrimonial representa as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada: Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2024.

ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/O.

Roberto Martorelli - Contador - CRC RJ-106103/O.



Há excesso de energia elétrica no Brasil?

Por Jorge Priori

Conversamos com Adriano Pires, diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura), sobre a questão de que se há ou não excesso de energia elétrica no Brasil. Essa conversa tem como referência o PAR/PEL 2023, Ciclo 2024-2028, feito pela ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), que trouxe as informações de que em 2024 o Brasil teria uma demanda de 101 GW para uma capacidade instalada de 229,6 GW, e que em 2027 o país teria uma demanda de 110,9 GW para uma capacidade instalada de 246,8 GW (páginas 8 e 10).

Há excesso de energia elétrica no Brasil?

Se você olhar os números de megawatts, você até teria uma sobra de energia no Brasil, mas no mundo real essa sobra não existe. Isso porque energia é um produto que se consome 24 horas por dia, mas com maior e com menor intensidade. Além disso, cada energia tem um atributo, ou seja, cada energia é diferente da outra.

Esses atributos precisam ser olhados, e não só os preços, mas é isso que o planejamento energético brasileiro não tem feito. Isso fez com que tivéssemos uma explosão de investimentos na geração eólica e solar, que dão essa falsa impressão de que está sobrando energia, mas sem um planejamento mínimo, já que essas gerações não têm o atributo de dar segurança energética ao sistema. Os atributos da eólica e da solar é muito mais ambiental.

Em horários de pico, quando o Sol vai embora, ou está ventando menos ou temos menos água nos reservatórios, nós acabamos tendo que ligar as térmicas para atender a demanda de energia e evitar um apagão. Na realidade, nos últimos anos o Brasil construiu uma matriz elétrica muito preocupado com a questão do meio ambiente e pouco preocupado com a questão da segurança energética. O que está faltando é termos um planejamento que reúna três atributos: sustentabilidade, segurança energética e acessibilidade à energia, já que a energia no Brasil é muito cara, principalmente para o consumidor cativo, como a Dona Maria e o Seu José. Se isso não for consertado, nós não conseguiremos atender esses três requisitos.

Isso porque quando temos um problema hidrológico, e parece que neste ano nós estamos tendo um pouco outra vez, sendo que a última vez que tivemos foi em 2021, nós entramos numa situação em que temos que ligar as térmicas caras que fazem o preço da energia subir. Se nós tivéssemos um planejamento onde colocássemos um pouco de térmica o tempo todo na base do sistema, as térmicas poderiam fazer o papel de permitir um melhor gerenciamento dos reservatórios das hidrelétricas e de ser uma espécie de bateria para energia solar e eólica, ao mesmo tempo em que evitaria a volatilidade de preço que temos no Brasil. Contudo, nós esperamos o reservatório ficar quase sem água e ligamos as térmicas de uma vez, independente de serem caras ou baratas, o que gera um pico no PLD (Preço de Liquidação de Diferenças), que pode sair de R$ 60, R$ 70, R$ 80, para até R$ 500, R$ 600, às vezes.

Vai haver excesso de energia elétrica no Brasil nos próximos anos?

Nós temos que corrigir o que está errado hoje. Nós temos que fazer uma matriz que esteja mais baseada em atributos, e não só em preço; que termine com essas questões de subsídios para as energias eólica e solar, e que corrija essa situação em que o grande consumidor, que está no Mercado Livre, pague mais barato que a Dona Maria e o seu José. Eu não vejo o Brasil com sobras de energia, mas eu vejo o Brasil precisando corrigir essas questões que estão transformando o setor e dando a impressão de uma falsa sobra de energia. Um setor que tem uma tarifa muito cara, em particular para o mercado cativo, e que está cheio de subsídios que são pagos pelos consumidores.

O Brasil deveria olhar o que está acontecendo no mundo e a grande oportunidade que tem. O Brasil é um dos grandes garantidores da segurança alimentar do mundo, mas ele também pode ajudar o mundo a ter uma segurança energética, principalmente baseada em energia limpa. Vale lembrar que 85% da matriz elétrica brasileira é limpa, muito em função da água, ou seja, o Brasil já fez a transição energética da sua matriz elétrica.

O desafio é atrair para o Brasil indústrias que precisam de energia e que querem usar energia limpa. O mundo vai consumir, cada vez mais, energia, então não vai sobrar energia. Se nós olharmos o que está acontecendo na chamada quarta revolução industrial, como a Inteligência Artificial, as criptomoedas e as nuvens, tudo isso intensiva energia. Por exemplo, nós vemos hoje, em particular nos Estados Unidos, muitos data centers para armazenamento de dados que são intensivos no consumo de energia. Isso pode ser visto na curva de energia americana, que estava flat há alguns anos, mas que voltou a crescer em função da Quarta Revolução Industrial.

Divulgação CBIE



Adriano Pires

Quem fala que vai sobrar energia ou não sabe o que está falando, ou é desonesto intelectualmente ou não conhece o setor.

Perfeito, não vai sobrar energia, mas pelas informações da própria ONS, vai haver uma capacidade instalada, mal planejada, superior ao consumo. Isso vai acabar fazendo com que as contas de luz subam, correto?

É por isso que nós temos que desmontar essa espiral da morte do setor. Por exemplo, alguns projetos de energia solar e eólica já não vão mais ser feitos, pois não há mais como vender uma energia que está sobrando. O que está faltando é energia para a segurança energética e uma mudança no setor que reduza subsídios, e, consequentemente, a tarifa de energia. Se nada for feito, vai sobrar energia solar e eólica e a tarifa vai continuar subindo de forma vertiginosa.

Hoje, os dois principais responsáveis pela tarifa ser cara para a Dona Maria e o Seu José são os subsídios, que é a tal da Conta de Desenvolvimento Energético, a CDE, que já está com mais de R$ 30 bilhões, e a questão das linhas de transmissão, que é outro erro do planejamento energético. O governo tem feito leilões de transmissão e comemorado o seu sucesso, já que são bilhões de reais que serão investidos para trazer energia eólica e solar do Nordeste para o Sudeste. O problema é que o Brasil está construindo linhas de transmissão que vão ser ineficientes e subutilizadas, pois não faz sol e nem venta 24 horas por dia. Nos últimos 15 anos, os subsídios e as linhas de transmissão têm sido os principais responsáveis pela tarifa cara que está sendo paga. Isso precisa ser corrigido.

Se nada for feito, o setor elétrico brasileiro vai explodir. Vai ter racionamento, as distribuidoras vão quebrar, e os consumidores não vão conseguir pagar suas contas. É por isso que nós precisamos de um freio de arrumação que mude o modelo de forma a atender o tripé que mencionei.

Quando se diz que termelétricas deveriam ser dispensadas, isso acaba sendo uma irresponsabilidade, correto?

As termelétricas são fundamentais. Quando nós tivemos racionamento no Fernando Henrique, isso aconteceu porque não tínhamos termelétricas no Brasil. Quando parou de chover, ficamos sem energia. Depois disso, se começou a construir termelétricas. Desde então, nós já tivemos várias crises hídricas no Brasil, mas não tivemos racionamentos e apagões por causa das térmicas.

Não se pode abrir das térmicas, pois elas trazem segurança energética. Eu não estou falando das térmicas caras, mas das térmicas a gás, a carvão e nuclear. Na minha opinião, a energia nuclear precisaria ser mais desenvolvida, até porque, volto a dizer, o Brasil e o mundo estão cada vez mais eletrificados. O Brasil deveria ter, na base do sistema, as térmicas mais baratas gerando uns 10GW. Isso não elevaria os preços, pois, como já disse, reduziria a volatilidade. Essa volatilidade é boa para os comercializadores, que ganham dinheiro com isso, mas é ruim para os consumidores.

Nós precisamos de um novo modelo para o setor elétrico que entenda que não se pode abrir mão de uma fonte de energia. Você tem que colocar essa fonte de energia na matriz em função de preço, mas também de atributo.

Leia a entrevista completa em monitormercantil.com.br/ha-excesso-de-energia-eletrica-no-brasil

Fundamentos do oscilante mercado de petróleo

Juros dos EUA e consumo de petróleo chinês

Nos últimos anos, o preço do petróleo foi impulsionado pela redução de oferta pela Opep+, sanções à Rússia e incertezas geopolíticas no Oriente Médio, como o conflito entre Israel e Hamas. Esses eventos diminuíram o impacto da política monetária americana no mercado energético, uma vez que os juros altos trazem suporte para o dólar, tornando as commodities mais caras para quem possui outras moedas.

Nos próximos meses, o mercado de petróleo deverá oscilar entre pressões de alta, impulsionadas por possíveis ajustes na política monetária norte-americana, e pressões de baixa, provenientes da demanda chinesa. Ainda é provável que o segundo semestre se encerre com uma média acima de US$ 78 por barril, mas as perspectivas para o começo de 2025 são mais incertas.

O preço do petróleo caiu mais de 5% em julho, atingindo seu menor nível desde o começo de junho, devido à falta de crescimento nas importações chinesas e uma queda de 6,7% no mês passado na comparação anual. Nos próximos meses, o mercado de petróleo deve oscilar entre pressões de alta, devido a possíveis ajustes na política monetária americana, e pressões de baixa, causadas pela demanda chinesa.

Nos últimos meses, o preço do petróleo tem oscilado entre US$ 70 e US$ 90 por barril. Por um lado, tensões geopolíticas impulsionaram os preços para patamares próximos de US$ 90. Por outro, dados sobre a macroeconomia americana, em alguns momentos, pressionaram os preços para níveis próximos de US$ 70.

"Agora, estamos observando o inverso. O PIB americano cresceu 2,8% no segundo trimestre, enquanto a inflação, conforme dados do PCE, não mostrou um aquecimento. Ambos os indicadores reforçam a tese pelo corte de juros em setembro", diz Victor Arduin, analista de Energia e Macroeconomia da Hedgepoint Global Markets. Ele aponta que, contudo, os principais benchmarks do petróleo encerraram a terceira semana consecutiva em baixa. O Brent fechou a US$ 81,13, registrando uma queda de 1,82% em relação à semana anterior. Já o WTI finalizou a sessão em US$ 77,16, com uma retração de 3,71%.

A redução das importações chinesas, somada à diminuição das tensões geopolíticas no Oriente Médio em decorrência de negociações para um cessar-fogo, reduziu em parte alguns fundamentos de alta no mercado. Neste contexto, a Hedgepoint discute quais os fundamentos de mercado têm impactado o preço do petróleo, nas últimas semanas.

Corte de juros

Nos últimos anos, uma série de fatores beneficiaram o preço do petróleo e seus derivados. As ações da OPEP+ removeram aproximadamente 5,86 milhões de barris por dia do mercado. A invasão da Ucrânia trouxe sanções à Rússia e ocasionou interrupções no fornecimento de petróleo e gás natural do país para a Europa. No ano passado, o ataque do Hamas em Israel gerou incertezas no Oriente Médio e aumentou os prêmios geopolíticos no mercado.

"Se, por um lado, esses eventos reduziram o impacto baixista da política monetária americana no mercado energético, por outro, é importante observar que juros altos dão suporte ao valor do dólar, o que, por sua vez, afeta o consumo de commodities. Como essas commodities são negociadas em dólares, tornam-se mais caras para os detentores de outras moedas", explica Victor.

"Depois de o primeiro semestre frustrar as expectativas mais otimistas que esperavam uma redução nos juros dos EUA, o último balanço de dados alimenta as esperanças por um corte de 25 pontos base pelo Fed em setembro. Talvez como reflexo desse movimento, agentes especuladores estão aumentando suas posições compradas no mercado como mostram dados da CFTC e do ICE", acredita.

Consumo para 2024

O preço do petróleo registrou uma queda superior a 5% em julho, atingindo seu menor nível essa semana desde o início de junho. O principal motivo é que as importações chinesas de petróleo não mostraram crescimento em 2024, como inicialmente esperado, e, em junho, apresentaram uma queda de 6,7% em comparação com o mesmo período do ano passado.

"Outros dados trazem incertezas para o consumo de petróleo da segunda maior economia do mundo. A produção nas refinarias foi 3,7% menor na comparação anual em junho, o PMI de manufatura está abaixo de 50, indicando contração, e a crescente participação relativa dos carros elétricos na economia chinesa tem reduzido o consumo de gasolina no país. O balanço desses indicadores poderá resultar em revisões baixistas sobre a expansão no consumo por petróleo em 2024", pontua.

E conclui: "Ainda, uma eventual administração Trump poderá trazer mudanças significativas para o mercado de petróleo. No curto prazo, sua política protecionista deverá resultar em uma atividade econômica no país mais forte, mas pode afetar o ciclo de afrouxamento da política monetária. A longo prazo, políticas que incentivem a produção doméstica de petróleo nos EUA podem alterar o equilíbrio de forças no mercado global, com potencial para pressionar os preços para baixo".

Pix por aproximação está regulamentado

O Banco Central publicou nesta sexta-feira as Resoluções BCB Nºs 406 e 407 detalhando o funcionamento do Pix por aproximação. São citadas as regras de participação, as responsabilidades das instituições envolvidas e estabelece novos requisitos de capital social e patrimônio líquido mínimos para as instituições que optarem por ofertar esse serviço.

O Banco Central informou que a implementação da funcionalidade será obrigatória, a partir de novembro de 2024 para as instituições detentoras de conta que movimentaram 99% das transações de iniciação de pagamento e a partir de janeiro de 2026 para as demais instituições detentoras de conta participantes obrigatórias no Pix.

As instituições que optarem por ofertar essa jornada de iniciação deverão observar limites mínimos adicionais tanto para o capital social quanto para o patrimônio líquido. "Conforme anunciado no início de julho, trata-se de aperfeiçoamento que simplifica a jornada de iniciação de pagamentos com Pix, possibilitando a redução de etapas nos pagamentos online, além de viabilizar a oferta de Pix em carteiras digitais, as chamadas wallets, inclusive para pagamentos por aproximação, utilizando a tecnologia near-field communication (NFC)", destacou nota do BC.

O funcionamento se dá da seguinte forma: a partir de uma vinculação prévia da conta à carteira digital de preferência do usuário. Isso vai permitir fazer pagamentos sem ter de acessar o aplicativo da instituição em que possui conta. O Banco Central acrescentou que publicará ato normativo específico para dispor sobre as condições e limites para a realização da etapa de testes em produção prevista para novembro deste ano, com lançamento amplo da funcionalidade em fevereiro de 2025.

A autoridade monetária explicou que as instituições interessadas em ofertar o serviço devem implementar mecanismos de comunicação via NFC. "Já existem protocolos de mercado abertos capazes de viabilizar essa comunicação e, portanto, disponíveis para essa implementação".

BNDES financia dez jatos da Embraer à Azul

A Azul Linhas Aéreas poderá aumentar sua capacidade no transporte aéreo. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou o financiamento de dez jatos comerciais E195-E2 da Embraer para a aérea. A operação é de R$ 1,9 bilhão.

"Essa é a maior operação para aquisição de aeronaves realizada na modalidade direta entre o BNDES e a Azul Linhas Aéreas. Em 2009, foram financiadas sete aeronaves, no valor de cerca de R$ 360 milhões, e em 2010, seis aeronaves, da ordem de R$ 330 milhões", informou o banco de fomento.

"Embraer, BNDES e Azul formam uma parceria histórica que tem sido fundamental para o crescimento da indústria do transporte aéreo brasileiro", disse Antonio Carlos Garcia, vice-presidente executivo Financeiro e de Relações com Investidores da Embraer. "Os E-Jets E2 são as aeronaves de corredor único mais eficientes da atualidade, projetadas e produzidas no Brasil, e podem contribuir de forma efetiva para o aumento da conectividade nas rotas domésticas."

Para o CEO da Azul, John Rodgerson, "o BNDES tem um histórico de apoiar o desenvolvimento e crescimento do setor da aviação. O financiamento das novas aeronaves da Embraer para Azul demonstra claramente um voto de confiança em nosso negócio e nosso futuro, gerando emprego e renda em todo país. Isso também demonstra a força de três grandes instituições genuinamente nacionais: a Azul, a Embraer e o BNDES trabalhando juntas em prol do Brasil."

Segundo o diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do BNDES, José Luís Gordon, o apoio do Banco de forma direta para a Azul fortalece a indústria nacional. "Esse projeto reforça o compromisso do BNDES com a indústria aeroespacial brasileira e as empresas aéreas nacionais que integram um setor fundamental para a economia brasileira", diz ele.

Produção nacional de petróleo e gás natural aumenta

A Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) divulgou nesta sexta-feira (2) o Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural de junho de 2024, que traz os dados consolidados da produção nacional. Nesse mês, houve aumento, em relação a maio de 2024, na produção de petróleo e na de gás natural, e também na produção do pré-sal.

A produção total (petróleo + gás natural) foi de 4,353 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d). Com relação ao petróleo, foram extraídos 3,409 milhões de barris por dia (bbl/d), um crescimento de 2,7% na comparação com o mês anterior e de 1,3% em relação ao mesmo mês de 2023. A produção de gás natural em junho foi de 150,07 milhões de metros cúbicos por dia (m^3/d). Houve aumento de 3,1% frente a maio de 2024 e queda de 1,4% na comparação com junho de 2023.

Pré-sal

A produção total (petróleo + gás natural) no pré-sal, em junho, foi de 3,424 milhões de boe/d e correspondeu a 78,7% da produção brasileira. Esse número representa um aumento de 3,3% em relação ao mês anterior e de 5,6% na comparação com o mesmo mês de 2023. Foram produzidos 2,683 milhões de bbl/d de petróleo e 117,90 milhões de m^3/d de gás natural por meio de 150 poços.

Em maio, o aproveitamento de gás natural foi de 98,0%. Foram disponibilizados ao mercado 47,44 milhões de m^3/d e a queima foi de 3,05 milhões de m^3/d. Houve queda de 14% na queima, em relação ao mês anterior, e de 3342% na comparação com junho de 2023.

No mês, os campos marítimos produziram 97,6% do petróleo e 86,8% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 89,50% do total produzido. A produção teve origem em 6.551 poços, sendo 521 marítimos e 6.030 terrestres.